

# A desinformação como ferramenta de violência política de gênero<sup>1</sup>

*Disinformation as a tool for gender-based political violence*

*La desinformación como herramienta para la violencia política de género*

**Elisa Lacerda Silva**

Universidade Federal do Espírito Santo  
<elisalacerdas@gmail.com>

**Gabriela Santos Alves**

Universidade Federal do Espírito Santo  
<gabriela.alves@ufes.br>

## Resumo

Este artigo busca analisar o uso da desinformação como ferramenta da violência política de gênero enfrentada por mulheres durante o exercício de seus mandatos eletivos. Um levantamento bibliográfico conduz a discussão sobre informações intencionalmente falsas, desinformação de gênero e sobre violência política de gênero no cenário brasileiro. A desinformação é debatida como uma forma de disputa de narrativa e investigada como uma forma de manutenção de sistemas sociais hegemônicos. Isso porque, como destaca Rêgo (2021), a conceituação dos componentes da desordem informacional de Wardle e Derakshan (2017) ainda se mostra insuficiente. Após o levantamento de conteúdo onde houve desinformação usada como ferramenta de violência política de gênero, dois episódios foram escolhidos para que se aplicasse a análise de discurso: i) Erika Hilton apontada como ministra da Educação do governo Lula e ii) Deputado Nikolas Ferreira sobe à tribuna da Câmara dos Deputados de

## Abstrac

The aim of this study is to analyze the use of disinformation as a tool for gender-based political violence faced by women during the exercise of their term of office. A literature review leads the discussion on intentionally false information, gender disinformation, and gender-based political violence in the Brazilian scenario. Disinformation is debated as a type of narrative dispute and investigated as a way of maintaining hegemonic social systems. This is because, as Rêgo (2021) highlights, the conceptualization of the components of information disorder by Wardle and Derakshan (2017) still proves to be insufficient. Based on the understanding of disinformation as the maintenance of gender-based political violence, two episodes are specifically of interest for discourse analysis: i) Erika Hilton appointed as minister of education in the Lula government and ii) Deputy Nikolas Ferreira goes to the House of Repre-

## Resumen

El objetivo de este estudio es analizar el uso de la desinformación como herramienta de violencia política de género que enfrentan las mujeres durante el ejercicio de su mandato. Una revisión de la literatura conduce la discusión sobre información intencionalmente falsa, desinformación de género y violencia política de género en el escenario brasileño. La desinformación se debate como un tipo de disputa narrativa y se investiga como una forma de mantener sistemas sociales hegemónicos. Esto se debe a que, como destaca Rêgo (2021), la conceptualización de los componentes del desorden de la información por parte de Wardle y Derakshan (2017) aún resulta insuficiente. Partiendo de la comprensión de la desinformación como mantenimiento de la violencia política de género, dos episodios son específicamente interesantes para el análisis del discurso: i) Erika Hilton nombrada ministra de Educación en el gobierno de Lula y ii) el congresista Nikolas Ferreira va a la Cámara de Dipu-

<sup>1</sup> Este artigo foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

peruca no Dia Internacional da Mulher. Assim como Archenti e Albaine (2018), entende-se que aspectos negativos que envolvem a existência política de mulheres devem ser analisados para que caminhos que superem essas questões sejam apontados.

**Palavras-chave:** organizações; conflitos; confiança; vulnerabilidade; cenas de dissenso.

sentatives wearing a wig on International Women's Day. Like Archenti and Albaine (2018), it is understood that negative aspects involving the political existence of women must be analyzed so that paths that overcome these issues can be identified.

**Keywords:** organizations; conflicts; confidence; vulnerability; scenes of dissensus.

tados con peluca en el Día Internacional de la Mujer. Al igual que Archenti y Albaine (2018), se entiende que se deben analizar los aspectos negativos que involucran la existencia política de las mujeres para identificar caminos que superen estas problemáticas.

**Palabras clave:** organizaciones; conflictos; confianza; vulnerabilidad; escenas de dissenso.

## Introdução

De acordo com estatísticas da justiça eleitoral<sup>2</sup>, em 2022 o número de candidaturas femininas representou 33,8% do total, pouco mais que o mínimo exigido por lei. Apesar de representarem mais da metade do eleitorado brasileiro, o número de candidatas eleitas foi de 18,2%, o que representou um aumento de 2% em relação às eleições anteriores.

Quando observadas as candidaturas femininas ao poder executivo, em 2022, elas representaram 29%, foram 141 candidatas pelo Brasil concorrendo a cargos de: presidente, vice-presidente, governadora e vice-governadora. O número de eleitas representou 14%, 8 mulheres passaram a fazer parte dessa esfera do poder, entre elas, uma reeleita, a governadora Fátima Bezerra do Rio Grande do Norte, que havia sido única mulher a ser eleita no Brasil nas eleições anteriores ao cargo de Governo do Estado.

Um levantamento do Instituto Alziras<sup>3</sup> associa a baixa representatividade feminina na política à violência política de gênero. Prefeitas eleitas, com os mandatos entre 2021 e 2024, que participaram dessa pes-

quisa indicaram que falta de recursos de campanha, desmerecimento de seu trabalho ou falas e falta de espaço na mídia como obstáculos diários. O assédio e a violência também foi apontado por 26% dessas mulheres.

Os países latino-americanos alcançaram aumento de taxas históricas relacionadas ao acesso de mulheres aos espaços políticos, especialmente às câmaras legislativas. Archenti e Albaine (2018) destacam que essa é uma consequência de vinte e sete anos de desenvolvimento e implementação de duas medidas legais de promoção da igualdade na participação política feminina: as leis de cotas por gênero e a paridade política.

Archenti e Albaine (2018) destacam que a maior entrada de mulheres aos espaços de poder político acarretou o aprofundamento do processo de democratização, reconhecimento das diferenças de gênero social, política e culturalmente, além da incorporação de novos temas ao debate público.

Embora a nossa intenção ao defender os direitos das mulheres seja destacar a importância dos fatores institucionais

2 Disponível em <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>> Acessado em 26/10/2023.

3 Disponível em <<https://www.alziras.org.br/publicacoes>> Acessado em 26/10/2023.

para promover sua inclusão nos cargos eletivos em sistemas democráticos, consideramos igualmente relevante questionar as barreiras e obstáculos enfrentados por essas medidas como consequência da persistência de condições estruturais de desigualdade e violência de gênero. Os aspectos negativos devem ser analisados com o intuito de buscar os caminhos para a sua superação. (Archenti; Albaine, 2018, p.10-11)

A disputa pelo microfone<sup>4</sup> entre o prefeito de Vitória, Lorenzo Pazolini (Republicanos), e sua vice-prefeita, Capitã Estéfane (Patriota), em novembro de 2022, durante um evento que apresentava para comunidade o projeto para construção de novas casas de convivência para pessoas idosas de um dos bairros da cidade, ficou marcada pela discussão sobre a tentativa de silenciamento de mulheres na política. A vice da chapa acusou o prefeito de nunca ter oferecido espaço em sua gestão, e que a atitude “machista e preconceituosa” seria um reflexo disso.

Ao ser entrevistada pelo jornal *A Gazeta*, Capitã Estéfane afirma que o tratamento seria diferente caso fosse homem e classifica as atitudes de Lorenzo Pazolini como violência política de gênero, visto que foram tentativas de silenciamento político e restrição de sua atuação para o cargo ao qual foi eleita.

A Lei 14.192/2021, que legisla sobre a prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher, foi sancionada em

agosto de 2021, mas tem origem no Projeto de Lei 349/2015. Considera violência política de gênero toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos.

Como visto no caso citado acima, as intervenções física e burocrática são formas de violência política de gênero, porém não são as únicas. O presente artigo busca inserir nesse cenário a desinformação de gênero como uma ferramenta de prática dessa violência, que usa de disputa narrativa como manutenção de opressões contra mulheres.

O debate sobre desinformação engloba alguns conceitos, entre eles: *disinformation*, *misinformation* *mal-information*. O relatório *Information Disorder* define o primeiro termo como a informação falsa espalhada de forma deliberada e consciente, o segundo, como informação falsa transmitida sem intenção, e o último, como a informação verdadeira tirada de contexto que se torna desinformação.

Para Rêgo (2021), as tentativas de conceituação dos componentes citados por Wardle e Derakshan (2017) como “desordem informacional” ainda se mostram insuficientes. Visto que a morfologia apresentada por esse fenômeno é mutante, complexa e apresenta cada vez mais narrativas híbridas, mesclando fatos descontextualizados e narrativas ficcionais no enredo.

Porém, destaca-se na conceituação sobre desinformação a intencionalidade em disputar uma narrativa, sentido das história e concepções. Acquolini e Sousa (2022) defendem que a desinformação de gênero

4 Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/video-pazolini-e-capita-estefane-disputam-microfone-e-vice-prefeita-chora-1122>> Acesso em: 25 out. 2023.

relacionada ao gênero feminino segue a historicidade estruturada em um sistema patriarcal<sup>5</sup> habitualmente influenciado em premissas misóginas<sup>6</sup>.

Após discutir os conceitos de desinformação, desinformação de gênero e violência política de gênero, faz-se a análise de discurso voltada a três situações em que houve desinformação sobre mulheres do parlamento brasileiro: i) Erika Hilton apontada como ministra da Educação do governo Lula e ii) Deputado Nikolas Ferreira sobre à tribuna da Câmara dos Deputados de perua no Dia Internacional da Mulher.

### A desinformação informa

Com origem no latim *informare*, que significa “modelar, dar forma”, o conceito da palavra informação passa por “formar uma ideia de algo”, “descrever” e por fim “contar a alguém sobre alguma coisa”.

A palavra desinformação também vem do latim, formada por “*des*”, negativo, mais “*informatio*”, significando “conceito, ideia, esboço”, trazendo então a definição de privação de conhecimento sobre algo.

Ao observar a formação dessas palavras, em que a informação é o saber acumulado e a desinformação a falta dele, o olhar antagonista entre as duas se dá de maneira natural. Porém, a análise do uso da desinformação como estratégia de comunicação para manutenção de privilégios e opressões mostra que esses conceitos se inter cruzam, fazendo com que a discussão se manifeste para além de um conceito, mas também pela compreensão de um fenômeno.

O surgimento da desinformação é apontado na história junto ao da informação, Rêgo e Barbosa (2020) defendem que ambas estruturam em interação direta o fenômeno da comunicação. Ainda de acordo com elas, não se trata de um conceito, mas de um fenômeno social que, mascarado de informação, é aceito pelos aparatos de receptividade da informação na sociedade.

Pontes, Silva e Souza (2021) explicam que pensar a desinformação como um oxímoro com consequências políticas faz com que sua nomenclatura seja colocada em suspenso. O oxímoro ou paradoxo é uma “figura em que se combinam palavras de sentido oposto que parecem excluir-se mutuamente, mas que, no contexto, reforçam a expressão” (HOUAISS, 2001), é justamente nesse sentido que questionam a oposição criada entre informação e desinformação.

Apesar de reconhecerem as conceituações que diferenciam tipos de informações enganosas, como *misinformation* e *disinformation*, ressaltam que o uso genérico do termo “desinformação”, sem a devida atenção, esquece o caráter informativo que esse conteúdo carrega, mesmo que não haja veracidade do ponto de vista ético.

As dinâmicas informativas são um fenômeno complexo, com ligação histórica aos padrões culturais hegemônicos. Esses fatos sociais são pavimentados no cotidiano, e por isso são usados como estratégia de comunicação política. Pontes, Silva e Souza (2021) explicam que a distribuição do material se dá em sua forma simbólica, algo que não necessariamente envolve o con-

5 Sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/patriarcado/> > Acesso em: 26 out. 2023.

6 Ódio ou aversão a mulheres.

teúdo, sendo, portanto, a manifestação da desinformação o abalo das formas e não sua negação, como a origem etimológica indica.

Portanto, o uso do termo “informação intencionalmente falsa” é comum neste artigo e se refere ao conteúdo geralmente nomeado como desinformação. Isso porque parte-se do fundamento de que a “desinformação” não é o contrário de “informação”, sendo intrínseca ao todo informativo.

A desinformação “se apoia, reforça e forja comportamentos em diálogo com as relações sociais estruturantes de comunidades e da sociedade de modo geral” (Pontes; Silva; Souza, 2021, p. 18), o que explica seu uso como estratégia de poder e manutenção de opressões.

De acordo com um estudo publicado no site do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América<sup>7</sup>, a desinformação de gênero se refere ao abuso misógeno e violência contra mulheres, que se utiliza de falas falsas ou enganosas e narrativas com base em sexo. Tais enredos são usados estrategicamente com o objetivo de impedir mulheres de participar da esfera pública.

O objetivo da desinformação de gênero é o ataque à identidade, fazendo muitas vezes como alvo identidades interseccionadas. O resultado disso é o desencorajamento do exercício da liberdade de expressão e a democracia enfraquecida.

Esse fenômeno também pode ser usado para punir “transgressores sociais”, já que em seu zelo pela norma, consegue ser impetuoso com o desviante. O apego à ordem, coesão e a estrutura social, vindo da cons-

ciência coletiva, utiliza da coerção para que tudo fique nos eixos. Nesse processo, há a construção de instrumentos de compreensão do mundo onde se vive, já que sua manutenção depende tanto de sua forma real, mas também de seu conteúdo.

## O que é violência política de gênero

Franco (2022) apresenta o consenso internacional a respeito da violência política de gênero, composta por ações, condutas ou omissões, baseadas no gênero, de forma individual ou grupal, que tenham como objetivo ou resultado minar, anular, impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres e de participar dos assuntos políticos e públicos em condições de igualdade (p. 12).

A Lei 14.192/2021, que tornou crime a violência política de gênero no Brasil, completou dois anos em 2023 e teve 124 casos monitorados pelo Ministério Público Federal<sup>8</sup>. Os relatos eram de violências físicas, morais e psicológicas, ocorridas tanto em ambientes presenciais, como virtuais.

Denúncias de irregularidades nos passes de recursos do fundo eleitoral a mulheres e perseguição no exercício de seus mandatos e assédio sexual são investigadas no exercício presencial dos mandatos femininos. No ambiente virtual, a divulgação de informações falsas e discursos de ódio nas redes sociais são exemplos de como esse crime pode ocorrer.

A participação política de mulheres nem sempre foi uma realidade. A primeira

7 Disponível em <<https://www.state.gov/gendered-disinformation-tactics-themes-and-trends-by-foreign-malign-actors/desinformacao-de-genero-taticas-temas-e-tendencias-de-atores-estrangeiros-malignos/>> Acesso em: 26 out. 2023.

8 Disponível em <<https://www.mpf.mp.br/pgrr/noticias-pgr2/2023/lei-que-tornou-crime-violencia-politica-de-genero-completa-dois-anos-com-124-casos-monitorados-pelo-mpf>> Acesso em: 26 out. 2023.

onda do feminismo, que se iniciou no fim do século XVIII e vai até meados do XX, foi caracterizada pela reivindicação de mulheres por direitos que já estavam sendo conquistados por homens.

A cientista política Thais Rodrigues (2020) ressalta que naquele momento os direitos almejados eram básicos, entre eles: o voto, participação na política e na vida pública, possibilidade de educação e igualdade no casamento. No Brasil foi observada a reprodução dessa luta com foco nos direitos políticos, de participação eleitoral pelo voto e candidatura, algo alcançado em 1932 com o novo Código Eleitoral da época.

A segunda onda do feminismo, que se iniciou nos anos de 1950 e vai até os anos de 1990, tinha como foco “mecanismos menos evidentes de reprodução da subordinação das mulheres através das questões que envolvem sexualidade e direitos reprodutivos” (Rodrigues, 2020, p.52). Pautas como a jornadas duplas/triplas de trabalho das mulheres, diferenças salariais entre homens e mulheres, divisão sexual do sistema educacional e do mercado de trabalho fizeram parte dessa onda.

Apesar dos avanços ocorridos no norte global com influência desse movimento, no Brasil e na América Latina a ascensão de ditaduras civis militares dificultou esse processo. Porém, Rodrigues (2020) destaca que o feminismo brasileiro nasce desse paradoxo de ter que se envolver em suas próprias questões e administrar sua ligação com a luta contra a ditadura militar (p.55).

A primeira e a segunda onda feministas são marcadas por mulheres brancas, classe

média/alta e acadêmicas. Mulheres negras, de classe trabalhadora e lésbicas levaram à ampliação de análises identitárias, levando a terceira onda. A interseccionalidade foi contra a universalização do conceito de mulher e fez com que várias identidades e experiências pudessem ser inseridas e respeitadas.

Apesar da superação de desafios históricos para a participação política, entres eles o direito de votar e serem votadas, mulheres continuam enfrentando obstáculos diários em seus mandatos.

A presença feminina em espaços de poder político em diversos momentos não é nem considerada. O Senado Federal brasileiro só passou a ter banheiros femininos no plenário para as parlamentares após 55 anos de existência<sup>8</sup>, apenas em 2016 as senadoras não precisaram mais ir ao restaurante anexo para usar o banheiro, mesmo podendo votar e ser votadas desde 1932.

A violência política de gênero se expressa antes mesmo da viabilização das candidaturas femininas, Araújo (2018) ressalta que, por causa da resistência dos partidos em aceitar mulheres como candidatas, suas campanhas sofrem com a falta de recursos, além de perseguições e ameaças.

Ao observar fatores interseccionais, como raça, orientação sexual e identidade de gênero, percebe-se que há um aumento da violência. É o que mostra o estudo conduzido pelo Instituto Marielle Franco sobre o enfrentamento a violência política de gênero e raça no Brasil.

[...] mulheres negras, travestis, trans e cis, historicamente tiveram o acesso

8 Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>> Acesso em: 26 out. 2023..

a espaços de poder obstaculizados ou negados. Para entender esse cenário de múltiplas subalternizações que culmina com o escalonamento de violência política que acompanha a vivência política de mulheres negras, entendemos ser necessário trazer aqui algumas reflexões sobre a interseccionalidade e o fenômeno da violência política de gênero e raça. Acreditamos que na interseccionalidade como ferramenta analítica que pode auxiliar no aprimoramento da primeira Lei de Violência Política (Lei 14.192/2021) e na construção de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política para inclusão das dimensões de gênero e raça, e assim, ampliar a proteção das mulheres negras LGBTQIA+ vulnerabilizadas de forma diferenciada pela violência política. (Nascimento; Oliveira; Silva, 2023, p. 25)

Rios e Paz (2023) defendem que o fenômeno da violência política de gênero é algo antigo no Brasil, mas que ganhou contornos mais visíveis no debate público contemporaneamente. Essa curva ascendente é demonstrada em uma pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), que mostrou que o número de casos de violência política de gênero até meados de 2022 já era maior que o número visto em 2020 durante todo o curso das eleições municipais.

Percebe-se que mesmo com avanços percentuais tímidos, as mulheres estão se inserindo em espaços políticos antes ocupados majoritariamente por homens, brancos, cis e heterossexuais. A existência nesses espaços, discussões e pautas trazidas

por essas mulheres desafiam a norma social imposta de que espaços de poder e decisão não pertencem a mulheres, a resposta a isso é a violência.

## A desinformação e a violência política de gênero na prática

Como exposto anteriormente, a produção de informação intencionalmente falsa tem relação com estratégias de poder. A classe dominante busca a manutenção do poder hegemônico não apenas por coerção, mas também pelo estabelecimento do domínio através da criação de consenso usando a comunicação.

O filósofo marxista italiano, Antonio Gramsci (2000), ao abordar a comunicação como um aspecto fundamental das relações sociais, defende que ela desempenha um papel crucial na construção e manutenção do poder, mostrando que esse é um terreno de disputa e conflitos entre diferentes grupos sociais e demonstra que disputar poder passa por disputar a narrativa, isso porque, a persuasão das massas, naturalização da ordem social e legitimação da dominação também são sustentadas por discursos.

A desinformação, conceituada no início do capítulo como uma informação intencionalmente falsa, é uma ferramenta estratégica de disputa do poder. É usada para desmoralização ou ascensão de causas, persuadir e convencer por meio de seus argumentos e narrativas. Se o poder disputa a narrativa, o faz porque a produção de verdade é elemento fundamental para o controle.

Os eventos componentes da amostra deste artigo exemplificam o que foi exposto até o momento, a desinformação como uma

estratégia de comunicação para manutenção do poder e opressão sobre mulheres em seu exercício político.

## EPISÓDIO 1: ERIKA HILTON MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

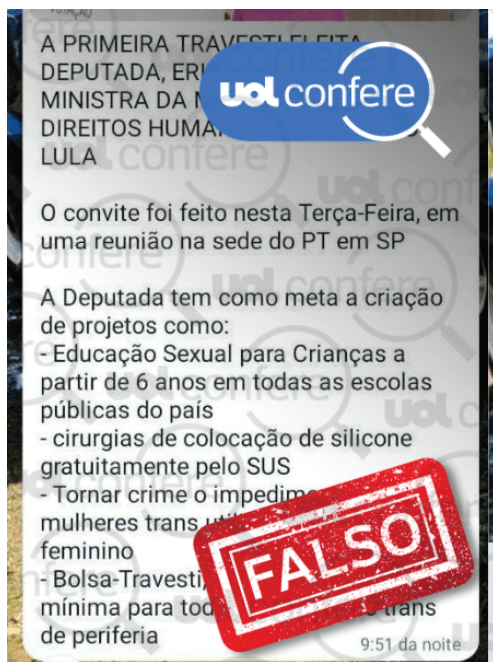


Figura 1- Mensagem que circulou no Whatsapp sobre Erika Hilton Ministra

Fonte: Uol

Durante as eleições de 2022 circulou por aplicativos de mensagem a informação de que a deputada federal Erika Hilton, recém-eleita na época, seria a ministra da Mulher<sup>9</sup>, Família e Direitos Humanos de Lula. Quando soube que essa informação estava circulando entre os aliados do candidato à reeleição, Bolsonaro, ela pediu para

que seus eleitores não compartilhassem pois se tratava de uma mentira.

Em sua biografia<sup>10</sup>, disponível no site da Câmara dos Deputados, Erika é descrita como “a primeira Deputada Federal negra e trans eleita na história do Brasil. Em SP, teve 256.903 votos. Vereadora mais votada do país em 2020, por 2 anos foi a presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo”.

A intenção ao criar essa informação falsa se mostra ao longo da mensagem, que diz:

A PRIMEIRA TRAVESTI ELEITA DEPUTADA, ERIKA HILTON, SERÁ **MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS DO GOVERNO LULA**. O convite foi feito nesta Terça-Feira, em uma reunião na sede do PT em SP. A Deputada tem como meta a criação de projetos como:

- Educação Sexual para Crianças a partir de 6 anos em todas as escolas públicas do país
- cirurgias de colocação de silicone gratuitamente pelo SUS
- Tornar crime o impedimento de mulheres trans utilizarem o banheiro feminino
- Bolsa-Travesti, que garante uma renda mínima para todas as mulheres trans de periferia.

O ministério escolhido para ser atribuído a Erika Hilton diz sobre a mensagem que essa desinformação queria passar, uma mulher que não é cisgênero está sendo considerada a um ministério que diz sobre mulheres, famílias e direitos huma-

9 Disponível em <<https://www.boatos.org/politica/erika-hilton-sera-ministra-da-familia-mulher-e-direitos-humanos-no-governo-lula.html>> Acesso em: 26 out. 2023.

10 Disponível em <<https://www.camara.leg.br/deputados/220645>> Acesso em: 26 out. 2023.



nos. Caso a construção social transfóbica não fosse ativada com essa primeira frase, continuam e associam seu trabalho a pautas polêmicas entre pessoas conservadoras.

Especificamente em relação ao projeto de Educação sexual para crianças a partir de 6 anos, estão trazendo à memória algo muito explorado nas eleições presidenciais de 2018: o kit gay<sup>11</sup>. Com a atmosfera de medo criada ao redor do suposto “kit gay” e de sua influência na vida das crianças, muito se falava dele e cada vez com mais detalhes, que não se sabe de onde saíram e sem comprovação alguma, mas com um grande número de pessoas acreditando e reproduzindo esse conteúdo.

Associado a esse imaginário social está o caso das supostas mamadeiras eróticas com bico de borracha em formato de pênis, apelidadas nas redes sociais como “mameadeira de piroca”, também supostamente componentes deste kit e distribuídas nas escolas pelo PT, que de acordo com a fala do criador do vídeo, “estava distribuindo esse item nas creches com a desculpa de combater a homofobia”.

Portanto, repetidamente há a associação da comunidade LGBTQIA+ ao perigo iminente a crianças. O combate à homofobia, discussões sobre gênero, sexualidade e violência contra minorias são estigmatizados como influências negativas que podem influenciar crianças a serem algo que não são, ou que a sociedade não quer que sejam.

## EPISÓDIO 2: NIKOLAS FERREIRA (PL) SOBE À TRIBUNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DE PERUCA NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O dia 8 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher, ficou marcado pelo discurso transfóbico na tribuna da Câmara dos Deputados. A quebra do decoro parlamentar ocorreu quando o Deputado Federal eleito por Minas Gerais, Nikolas Ferreira (PL), subiu para discursar<sup>12</sup> com uma peruca na cabeça e em sua fala disse:

Hoje, o Dia internacional das mulheres, a esquerda disse que eu não poderia falar, pois eu não estava no meu local de fala. Então, eu solucionei esse problema aqui, hoje eu me sinto mulher, Deputada Nikole. E eu tenho algo muito interessante para falar, as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres. Podem me perguntar, qual o perigo disso, deputada Nikole? Eu respondo, eles estão querendo colocar uma imposição de uma realidade que não é a realidade. Eu, por exemplo, posso ir para a cadeia caso eu seja condenado por transfobia. E por quê? Eu xinguei, pedi pra matar? Não, porque no dia internacional das mulheres há dois anos eu parabeneizei as mulheres (com cromossomo) XX. É uma imposição, você concorda com o que eles estão dizendo, ou caso contrário, você é um

11 A expressão “kit gay” foi disseminada na campanha brasileira à presidência da república de 2018, pelo candidato Jair Bolsonaro. De acordo com suas falas, seu adversário Fernando Haddad, candidato pelo PT, quando Ministro da Educação, criou o suposto kit que foi distribuído nas escolas públicas de todo Brasil, com objetivo influenciar as crianças em suas sexualidades e identidades de gênero. Em muitas de suas falas, o candidato apresentava o livro “Aparelho Sexual e Cia” como um componente desse projeto.

12 Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XTpCxJl3WLw>> Acesso em: 26 out. 2023.



**Figura 2- Deputado Nikolas Ferreira no dia Internacional da Mulher**

Fonte: CNN Brasil

transfóbico, homofóbico e preconceituoso. E aqui eu não estou defendendo o meu umbigo, a minha liberdade, eu estou defendendo a sua liberdade. A liberdade de um pai recusar que um homem de dois metros de altura, um marmanjo, entre no banheiro das mulheres com a sua filha sem que você seja considerado um transfóbico. Liberdade para as mulheres que estão perdendo seu espaço nos esportes e até em concursos de beleza [...]. Então aqui eu vou tirar (a peruca) porque eu sou gênero fluido, e volto para o Nikolas homem, para dizer para as mulheres: vocês não devem nada ao feminismo, pelo contrário, o feminismo exalta mulheres que nada fizeram pelas mulheres [...] Retomem sua feminilidade, tenham filhos, amem a maternidade e formem sua família. Dessa forma vocês colocarão luz no mundo e serão

valorosas. Por fim, parabéns as mulheres, sem vocês nós não seríamos nada.

Percebe-se então como central, um problema direto com o protagonismo feminino, mais ainda, com o que quebra a norma cisgênero. Como mapeado no levantamento do Instituto Marielle Franco citado anteriormente, mulheres são ainda mais atacadas em sua interseccionalidade.

A transfobia é relativizada no discurso do deputado como algo necessário para a proteção de mulheres, quando na verdade é a reprodução da violência contra mulheres travestis e transsexuais, e o reforço do que esperam da performance e papel social de uma mulher: femininas, mães, que amam a maternidade e valorosas.

O desvio da ordem estabelecida e dos papéis esperado do homem e da mulher, ainda de acordo com Pedroso, “essa conduta dissidente desafia e subverte a realidade

social, pondo em questão os seus procedimentos admitidos como certos, porque estabelece contrastes com as identidades legitimadas” (Sobrinho, 1995, p. 66, apud Pedroso, 1983).

Ao analisarem o dissenso como experiência estética, Marque e Biondi (2016) ressaltam que as narrativas são caminho de construção da relação entre identidade e o mundo. A experiência, desse ponto de vista, é um acontecimento e as vivências, mediadas por discursos sociais, que interferem diretamente na forma de ler o cotidiano.

As experiências narrativizadas são apontadas como condutoras de um confronto, que como consequência desencadeia algum processo de leitura e sentimento sobre a realidade e pode alterar a forma ela é enxergada. O experimentar do mundo é relacional, então apesar do caráter privado e subjetivo que isso pode possuir, há uma dimensão social que circunda o indivíduo, como apontam Guimarães e França (2006).

Quando se tem uma ação reflexiva e transformativa que questiona o sujeito em sua totalidade e produz um questionamento de si mesmo e uma possibilidade de reconfiguração de relações, há uma experiência estética de acordo com Marques e Biondi (2016). Assim como o dissenso, a desinformação de gênero presente nos casos relatados acima busca reformular enunciados e regras que circundam as relações sociais. Tem-se um sujeito político que busca com suas palavras influenciar a visão de mundo do outro, tentando fortalecer oprimidos e o que seu grupo acredita.

## Considerações finais

A disseminação da desinformação de gênero não prejudica apenas os indivíduos relacionados àquela narrativa, mas também a democracia. O estudo publicado no site do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América<sup>13</sup> defende ainda que esse assunto precisa continuar sendo estudado de forma integrada entre os países, visto que respostas coletivas são necessárias para a defesa da democracia.

O paradoxo discutido sobre o papel informativo da desinformação mostrou a intencionalidade e estratégias discursivas na criação destas informações. Conclui-se que esse é um instrumento calculado, muitas vezes usado para influenciar a opinião pública, distorcer a realidade e minar a confiança nas instituições. Por isso, apesar da conceituação de termos que compõem o fenômeno da desinformação, a discussão se voltou para a técnica de propaganda.

A conscientização sobre a intencionalidade por trás da criação de informações falsas é um caminho de contra-ataque eficaz. Educar o público sobre os métodos usados para engendrar desinformação e fortalecer as habilidades críticas de leitura do mundo, por meio da educação midiática, são etapas cruciais na resistência a essa manipulação deliberada.

A contra-hegemonia, desenvolvida na análise gramsciana, diz respeito à resistência e aos desafios às narrativas dominantes. São apontadas como potencialidades em grupos subalternos pelo autor, que destacou o papel dos embates comunicativos na transformação social. O olhar crítico das

13 Disponível em <<https://www.state.gov/gendered-disinformation-tactics-themes-and-trends-by-foreign-malign-actors/desinformacao-de-genero-taticas-temas-e-tendencias-de-atores-estrangeiros-malignos/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

estruturas comunicacionais e a produção de contra-discurso hegemônico representam possibilidades de transformação nas relações de opressão.

O Brasil é o país, pelo 14º ano consecutivo<sup>14</sup>, que mais mata pessoas trans no mundo. Em 2022 foram 130 mulheres trans e travestis e um homem trans morto, aproximadamente 90% das vítimas tinham de 15 a 40 anos, podendo esse número ser ainda maior por causa da subnotificação.

O discurso do deputado federal Nikolas Ferreira (PL), colocando a população trans como um perigo eminente e inimiga das famílias, busca cristalizar a opressão que já marginaliza essas pessoas. Além disso, todas as informações falsas ditas na tribuna visam causar pânico moral, o que faz as pessoas acreditarem que qualquer violência para lidar com essa situação é justificável.

O acesso da comunidade LGBTQIA+ se mostra um importante avanço social, porém percebe-se que a desinformação não deixa de ser uma ferramenta de violência de

gênero, apenas se torna sua versão política. Isso porque, a disputa pela narrativa se torna ainda maior nos espaços de poder, que agora não possuem apenas defensores do poder hegemônico.

Portanto, o combate à desinformação tem o papel de desafiar o pensamento hegemônico que sustenta a ascensão da extrema direita. Isso envolve investir nos mecanismos de combate a esse fenômeno como a educação midiática, checagem de notícias, projetos de pesquisa, observatórios, entre outros, promovendo a transparência na divulgação de informações, fortalecendo as instituições democráticas e fomentando o debate público baseado em fatos e valores democráticos.

Além disso, a defesa da democracia também passa pela punição de quem pratica a violência política de gênero, principalmente no exercício de seus mandatos. A quebra do decoro parlamentar é um fato grave, visto que envolve uso de dinheiro e estrutura pública para prática de crimes.

## Referências bibliográficas

ARAUJO, Gabriela Shizue Soares de. Violência Política de gênero e lawfare no Brasil. **Lawfare e América Latina: a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida**. Curitiba: Íthala, 2022.

ARCHENTI, Néida; Albaine, Laura. O Feminismo na política. Paridade e violência política de gênero na América Latina; Konrad Adenauer Stiftung; **Cadernos Adenauer** v. 1, n.5, p. 8-24, 2018.

ACQUOLINI, N. T.; SOUSA, R. S. C. **Desinformação de gênero: práticas informacionais que contribuem ao seu combate**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/202088>. Acesso em: 25 out. 2023.

CAMILO, Rafaely. Desinformação de gênero: violência política em perspectiva. **Coletivo Bereia**, 2023. Disponível em: <https://coletivobereia.com.br/desinformacao-de-genero-violencia-politica-em-perspectiva/>. Acesso em: 23 de out. 2023.

<sup>14</sup> Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/26/mortes-pessoas-trans-brasil-2022.htm>> Acessado em 30/10/2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Os Intelectuais**. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. 334 p. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. 428 p. v. 3.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Violência política de gênero e raça no Brasil: Dois anos da Lei 14.192/2021**. Setembro, 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1P\\_OxIUToYOvLSX\\_Vi77cDfCnZqmsLKZ/view](https://drive.google.com/file/d/1P_OxIUToYOvLSX_Vi77cDfCnZqmsLKZ/view). Acesso em: 26 de out. 2023.

KOEHLER, S. M. F. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. *Revista Interações*, v. 9, n. 26, 2014. <https://doi.org/10.25755/int.3361>

MARQUES, Ângela; BIONDI, Angie. **A vítima enunciada em redes: o dissenso como experiência estética**. Comunicação e sensibilidades: pistas metodológicas. Belo Horizonte: PPG-COM UFMG, 2016, p. 165-188.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Dossiê Comunicação e Política. Porto Alegre: **Revista Debates**, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun, 2010.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Marcos Paulo da; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Jornalismo e conhecimento em tempos de capitalismo pandêmico: um manifesto à totalidade concreta. **Dossiê Jornalismo e Conhecimento em Tempos de Capitalismo Pandêmico e de Expansão da Desinformação**, n. 49, Set./Dez. 2021.

RÊGO, Ana Regina. A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, Mar. 2021, doi:10.29397/reciis.v15i1.2293.

RODRIGUES, Thais Ferreira. Gênero e Políticas Públicas: **A ação pública na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher em Niterói**. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

SOBRINHO, D. Angrimani. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. Coleção Novas Buscas em Comunicação, v. 47, São Paulo, 1995.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**, 2017. E-book. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acessado em: 07/11/2021.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault: Sujeito, Poder e Saber**. Pelotas: NEPFil online, 2013.

Data do recebimento: 30/10/2023

Data do aceite: 26/02/2024

Dados dos autores:

**Elisa Lacerda Silva**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (PósCom-Ufes) e pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência.

**Gabriela Santos Alves**

Pós-doutora em Comunicação e Cultura (Eco/UFRJ), Professora do Departamento de Comunicação Social e Coordenadora Programa de Pós graduação em Comunicação e Territorialidades (UFES).